

Lewandowski convida chefe do MP-SP ligado a Moraes para Justiça

Defendido por ministro do STF, Sarubbo é próximo a Alckmin e, no ano passado, contestou decisão do Supremo sobre Lava-Jato

MARIANA MUNIZ
JENNIFER GULART
jennifergulart@globo.com
arquivo

O novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, convidou o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), Mário Luiz Sarubbo, para assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), área que garantirá sua prioridade à frente da pasta. Segundo O GLOBO apurou, a ida de Sarubbo para o Ministério da Justiça depende apenas de sua desincompatibilização do atual cargo.

Ontem à noite, o procurador-geral de São Paulo comunicou ao governador Tarciso de Freitas a decisão de deixar o comando do MP-SP antes do término de seu mandato, em abril, para aceitar o convite de Lewandowski, informou um colunista do GLOBO Vera Magalhães.

A prioridade dele ao cargo público e a jornalista, será promover a integração entre as polícias Federais e as

estaduais, e entre as polícias e os Ministérios Públicos, como forma de acabar com a compartimentação de ações, dados e investigações. A ideia é que todos estejam na mesma mesa para a eficiência das ações de combate a crimes como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e tráfico de armas, principalmente para que haja sucesso nas ações de inteligência e estrangulamento financeiro desses grupos.

Próximo do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o chefe do MP paulista vinha sendo cotado para integrar a lista de indicados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga aberta com a aposentadoria da ministra Laurita Vaz.

— Sarubbo é um dos melhores quadros do Ministério Público brasileiro, atual procurador-geral de Justiça de São Paulo, que dedicou grande parte de sua carreira ao combate ao crime organizado — afirmou Lewandowski ao GLOBO.

O nome de Sarubbo vinha sendo defendido por inter-

grantes do Supremo, incluindo Moraes. Ele também tem boa relação com o vice-presidente Geraldo Alckmin e é considerado um quadro que transita bem na esquerda.

RECURSO NO SUPREMO

No ano passado, Sarubbo contestou no STF uma decisão que anulou as provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht firmado no âmbito da Operação Lava-Jato, informou em seu blog a colunista do GLOBO Malu Gaspar.

Em setembro, o ministro Dias Toffoli, do Supremo, anulou todas as quaisquer provas obtidas dos sistemas Drousys e My Web Day B — criados por executivos da empreiteira para operacionalizar o pagamento de propinas — em "qualquer âmbito ou grau de jurisdição", abrindo brecha para beneficiar vários políticos. Toffoli declarou ainda que a condenação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Lava-Jato foi um "dos maiores erros judiciais da história do país".

A decisão de Toffoli contrariou Sarubbo, para quem o entendimento do ministro não poderia atingir processos e investigações indistintas, em que não se tem conhecimento sequer dos fatos e sujeitos investigados. Frisou o procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo ao protocolar o recurso, em 20 de setembro de 2023.

O recurso até hoje não foi analisado pela Segunda Turma do STF, colegiado que reúne, além de Toffoli, os ministros Nunes Marques, André Mendonça, Gilmar Mendes e o relator da Lava-Jato, Edson Fachin. A expectativa é de que a decisão de Toffoli seja mantida, já que Nunes Marques e Gilmar costumam se alinhar ao ministro para impor reverses à operação.



Foto: Novo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, disse que Segurança Pública é prioridade de sua pasta

que a decisão de Toffoli seja mantida, já que Nunes Marques e Gilmar costumam se alinhar ao ministro para impor reverses à operação. Ao criticar a decisão de Toffoli, Sarubbo destacou que no MP-SP tramitam diversas ações e investigações que envolvem a Odebrecht e elementos obtidos a partir dos sistemas Drousys e MyWebDay B, e que poderão ser afetados pela decisão.

Na prática, o MP de São Paulo buscou "reduzir danos" e esvaziar o alcance da decisão de Toffoli, delimitando-a ao presidente da República.

CADEIRAS OCUPADAS

Ainda em processo de formação de sua equipe, Lewandowski indicou a aliados que deve manter ao menos dois nomes que já

atuam na pasta: o ex-deputado Wadil Damous (PT), secretário nacional de Defesa do Consumidor, e a advogada Sheila de Carvalho, atualmente assessora especial.

Também permanecerá na equipe o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Como antecipo O GLOBO, Rodrigues é nome da confiança de Lula e não deixará o cargo.

A permanência da secretária Nacional de Política sobre Drogas, Marta Machado, e da secretária de Direitos Digitais, Estela Araújo, ainda está sendo avaliada pelo ministro.

Entre nomes já confirmados na equipe está o do advogado Manoel Carlos de Almeida Neto, que deve ser secretário-executivo, o número 2 na hierarquia da pasta.



NOVIDADE NO AR!

Conheça a função

"Presentear matéria", novo benefício para assinantes do GLOBO :-)

Clique no ícone "Presentear matéria" na barra de compartilhamento;

Escolha o seu meio de compartilhamento preferido: e-mail, WhatsApp ou copiando o link diretamente.

Libere até cinco notícias exclusivas por dia para seus amigos e familiares;

Viu como é fácil? Acesse o site www.oglobo.com.br e surpreenda alguém compartilhando um conteúdo exclusivo.



Aponte para o QR Code e acesse O GLOBO.



O GLOBO

Para saber mais, fale com O GLOBO pelo WhatsApp - (21) 4002 5300.